

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Sta Catarina Class.: 1353

Data: 29.08.85

Pg.: _____

Deputado vai propor CPI para acompanhar conflito

CHAPECO — A instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para acompanhar o conflito pela posse de terras que se desenrola em Sede Trentin, protagonizado por índios e índios, será proposta hoje pelo deputado Hugo Matis Biehl, de Chapecó. O parlamentar está preocupado com o descaso com que o governo vem conduzindo o problema e teme que a indefinição acabe em consequências trágicas.

O deputado está mantendo contatos com a mesa diretora da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e com todas as lideranças partidárias com assento na casa para discutir a convocação da CPI. Ele justifica a iniciativa lembrando que o clima de tensão, insegurança e medo que aflige indiscriminadamente colonos e indígenas atingiu níveis insuportáveis.

O parlamentar manifestou o temor de o governo cometer uma irreparável injustiça decidir-se sobre a questão unicamente baseado em informações da Fundação Nacional do Índio e das entidades indigenistas independentes. Explica que os ministérios do Interior e da Reforma Agrária desconhecem a amplitude da ocupação branca e ignoram que se trata de posse incontestada superior a 40 anos, sendo francamente favoráveis aos nativos.

Biehl frisa ser necessária uma ava-

liação imparcial dos fatos levando em conta o pacífico e legal processo de ocupação branca e o fato de que o território de ocupação indígena não será superior a 150 hectares. O parlamentar reconhece que o índio brasileiro foi historicamente vítima do avanço da civilização branca e defende a necessidade de reservas indígenas demarcadas e protegidas pela União. Ressaltou, contudo, que os pequenos proprietários rurais de Sede Trentin não podem pagar por um erro histórico, "mesmo porque não foram autores nem agentes do etnocídio, mas apenas colonizadores de uma região inóspita e desafiadora há 50 anos atrás".

Biehl avalia que a omissão e a inoperância do governo federal e da Funai, agora e no passado, foram as causas da agudização do problema: "Se a União tivesse intervenido logo no início, poderia ter solucionado com facilidade o problema, quer reconhecendo as últimas áreas de presença indígena como reservas oficiais, quer promovendo uma reorganização ocupacional, "ali ou ahiures sem traumas para nenhuma das comunidades".

Hugo Biehl esclareceu que a CPI não pretende interferir na ação do governo da União ou no governo do Estado, nem pretende julgar méritos, mas buscará prevenir consequências imprevisíveis que fatalmente ocorrerão se a situação mantiver-se indefinida.

Solução para os "sem-terra"

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — O governador Esperidião Amin manifestou, num telex enviado ao ministro Nelson Ribeiro, da Reforma e Desenvolvimento Agrário, sua apreensão quanto ao nível de tensão existente no Estado pelos sucessivos episódios envolvendo a propriedade da terra e pelo fato de terminar no próximo dia 03 de setembro o prazo assumido pelo Mirad-Incra para dar uma solução definitiva às cerca de 1.300 famílias de agricultores sem-terra que hoje estão ocupando mil hectares nos municípios de Fachinal dos Guedes, São Miguel D'Oeste e Abelardo Luz.

No telex, Amin explica que pelos termos do acordo firmado dia 03 de junho entre o Mirad-Incra, governo do Estado e o movimento dos trabalhadores sem-terra de Santa Catarina, o governo federal assumiu três compromissos: agilizar os processos de desapropriação já existentes em áreas an-

teriormente identificadas, encaminhando tais processos para declaração de área prioritária e posterior desapropriação num prazo de 90 dias; dimensionar o processo desapropriatório para atingir as condições técnicas usualmente adotadas para elaboração de projeto de acordo com o critério modular e implementá-lo considerando as condições operacionais do Incra e a adequação desta meta ao plano nacional de reforma agrária, e, ainda, efetivar a avaliação quinzenal conjunta das etapas de desenvolvimento do processo, tendo como referência o prazo de 120 dias visando o assentamento efetivo das famílias.

Lembra ainda que em audiência mantida com o ministro Nelson Ribeiro, no início deste mês, foi informado quanto ao andamento dos processos e transmitida a convicção de que os prazos serão rigorosamente cumpridos pelo Mirad.

Índios fazem ato público

FLORIANÓPOLIS (Sucursal) — Além de várias autoridades nacionais relacionadas à questão do índio, estiveram no ato público de solidariedade aos índios cain-gangues do Toldo Chimbanguê, no plenário da Assembleia Legislativa, cerca de 20 índios dos postos de Chapecó, Ibirama e Nonoai. Sebastião da Veiga, líder do Toldo Chimbanguê, no oeste do Estado, que chegou às 06:00 horas de ontem a Florianópolis, vindo da região de conflito garantiu que "a situação é péssima, não dá mais para ser viver lá sem terra para trabalhar, sem alimento, além da violência dos colonos".

O índio Alvaro Tucano, coorde-

nador da União Nacional do Índio — UNI —, também presente ao ato, considera que até agora não foi resolvido o problema de Toldo Chimbanguê, apesar do governo reconhecer que pertence aos índios, porque "não quer no Estado um pedaço de terra atrasado. Eles sabem que lá nunca haverá uma vila, mas sempre uma aldeia".

Também ressalta que o trabalho de roça e agropecuária nunca pode ser na terra indígena, "porque o índio não conseguirá jamais ser empregado dos colonos. A cabeça do índio é diferente da cabeça dos colonos que vieram da Europa para transformar o mato em vila".